

RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.381 - PE (2020/0066114-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : ERIK LIMONGI SIAL - PE015178
PATRÍCIA SANTA CRUZ DE OLIVEIRA - PE018167
ROMULO DE ALBUQUERQUE MIRANDA FILHO - PE033069
PAULINA GRACE DOWNING - PE043899
RECORRIDO : JOSEFA DA CONCEIÇÃO DA SILVA SANTORO
RECORRIDO : ERONITA MARIANO DA SILVA
RECORRIDO : ENILDA MARIA GOMES DE SENA NASCIMENTO
RECORRIDO : JOSE MARCELO DO NASCIMENTO
RECORRIDO : ARMANDO FARINHA DE OLIVEIRA
RECORRIDO : ALEXANDRE JOSE DE OLIVEIRA MAIA
RECORRIDO : LADJAN GOMES DE SOUZA SENA
RECORRIDO : LUCIELMA BERTO DA SILVA
RECORRIDO : EDILENE DA CONCEICAO BARROS
RECORRIDO : CRISTIANE DA SILVA COLACO
RECORRIDO : PAULO ALEXANDRE ALVES
RECORRIDO : JOSE NARCIZO DE SANTANA
RECORRIDO : EDSON CAMARA DE SOUZA
RECORRIDO : MARIA LUIZA LINS DE SOUZA
RECORRIDO : MARIA JOSE DE AMORIM
RECORRIDO : MARCOS ANTONIO DE SANTANA
RECORRIDO : IVANETE MARIA DA SILVA LUCENA
RECORRIDO : IRACEMA SALES DE BARROS SOUZA
RECORRIDO : MARIA ANUNCIADA MARTINS FERREIRA
RECORRIDO : ELIZETE FERREIRA DOS SANTOS REGO
RECORRIDO : NEUZA NERI VELEZ
RECORRIDO : JOAS DE FREITAS
RECORRIDO : JULIO CESAR CASIMIRO CORREA
ADVOGADOS : ROBSON ALVES FREITAS - PE029613
RICARDO JOSÉ PARMERA SELVA - PE031286
CARLOS HENRIQUE LAURINDO DA SILVA - PE027718
REBECA DINIZ DE AZEVEDO MELLO - PE036819
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : LILIANE CHRISTINE PAIVA HENRIQUES DE CARVALHO -
PE021571
ANTÔNIO XAVIER DE MORAES PRIMO - PE023412

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS em face de acórdão proferido pela Corte Estadual que, em sede de ação de responsabilidade securitária habitacional, manteve a competência da Justiça Estadual ante a desnecessidade de participação da Caixa Econômica Federal no feito.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Decido.

1. Como é sabido, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no **Recurso Extraordinário 827.996/PR**, no que diz respeito se há interesse jurídico da Caixa Econômica Federal (CEF) para ingressar como parte nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como instila a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, face ao possível juízo de retratação pela instância de origem.

2. Ante o exposto, determino a devolução dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior até o julgamento definitivo do **Recurso Extraordinário n.º 827.996/PR** e eventual retratação prevista na sistemática dos arts. 1.040, II e 1.041, ambos do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator